

ENCONTRANDO PARAÍSO PERDIDO NUMA CONVERSAÇÃO PÓS-COLONIAL

Luiz Fernando Ferreira Sã*

RESUMO:

Ao usar o circuito pós-colonial de teoria e de prática textual de Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha este ensaio introduz a possibilidade de uma des-leitura contrapontista de um texto de Milton: Paraíso Perdido poderá finalmente libertar-se de seu conteúdo colonial e liberar seu conteúdo pós-colonial.

PALAVRAS-CHAVE: *John Milton, poesia, pós-colonialismo.*

Em oposição ao início Dantesco, a descida ao inferno de Milton, no início de *Paraíso Perdido*, não é peripatética, nem gradual e muito menos suave. Começa-se a leitura do épico¹ no meio do inferno do mesmo modo que no meio das coisas; e, apesar de tal início não ser sem precedente, um dos efeitos de se começar a ação épica a partir do inferno – e talvez num dos pontos mais cruciais de sua narrativa – é desconcertar os leitores de tal forma, que eles se sintam obrigados a suspender, pelo menos parcialmente, suas simpatias e seus julgamentos. No decorrer do texto, a teodicéia miltoniana não nos capacita necessariamente a resolver o problema do mal e do imperialismo e sim a dar um passo junto a Adão e Eva para fora do poema e para dentro de um mundo que se encontra num por-vir e em crise.

Essa crise inaugural que o poema solicita à tradição literária também solicita aos seus leitores uma devida atenção. O dentro e o fora do épico se tornam espaços escorregadios, superfícies textuais. Não há nenhum mecanismo ou origem anterior, seja estrutural ou autoral, que possa controlar os circuitos de significação entre épico e leitores, entre texto e recipiente². Há tão somente um jogo "de" e "entre" superfícies textuais: ora a tradição literária clássica, ora a tradição literária renascentista européia, ora a tradição cristã, ora a tra(d)ição exegética

* Doutor em Letras: Estudos Literários (Área de concentração: Literatura Comparada), 2001.

e cristã, ora a tra(d)ição de recepção deste texto. No lugar de querer dizer (meaning-to-say), temos, nós leitores do épico, um querer jogar (meaning-as-play). Não é difícil ver como um texto na linha de *Paraíso Perdido* pode se tornar canônico em consequência de uma versão de leitura que normalmente circula como se fosse verdade ou mesmo, como se fosse toda a verdade. A falta de qualquer evidência inequívoca para decidir se Satã é um sujeito colonizador ou colonizado, ou se Adão é um sujeito colonizador ou colonizado, ou mesmo se Deus é um arquétipo do colonizador ou do criador, pode fazer *Paraíso Perdido* parecer um texto em curto circuito. Ou seja, um texto cujas diversas "tradições" são traições delas mesmas (não há nada debaixo da superfície do texto) e cuja ambivalência se torna cada vez mais aparente retrospectivamente (depois de leituras, re-leituras e des-leituras).

Mas antes que "Milton" (como metonímia de uma performance textual distintamente diferente) se tornasse sinônimo de tantos conceitos "canônicos" (puritano, cristão, europeu, colonizador) sua reputação como autor difícil (portanto elitista) e ambíguo já havia se estabelecido. "Milton", do centro do cânone inglês e mesmo no ápice de uma literatura mundial, já e sempre é considerado como que merecendo atenção crítica séria muito antes do termo pós-colonialismo se tornar popular (no meio da década de 90) no meio acadêmico. O termo pós-colonialismo, caso fosse aplicado ao nome "Milton", o seria apenas de maneira angular, na forma de destituição e repúdio. Na minha conversação pós-colonial com *Paraíso Perdido*, resgato o texto do paraíso de Milton como uma topografia esp(e)acial de performance textual de escrita e leitura e como uma geografia esp(e)acial de escrita e leitura de diferença; ou seja, resgato pequena parte daquilo que a crítica e a historiografia literária recalcam de *Paraíso Perdido* e do nome "Milton".

A leitura "correta" do nome "Milton" ou do texto do paraíso é baseada numa repressão de leituras possíveis ou in-corretas, do mesmo modo que nossa "verdadeira" identidade depende do momento em que vemos uma imagem de nós mesmos refletida no espelho e que a re-conhecemos como alteridade, um outro de nós mesmos. Esse re-conhecimento então tem como base um des-conhecimento, do mesmo modo que uma leitura se baseia numa des-leitura. Uma vez que todo e qualquer ato de re-conhecimento e toda e qualquer ação de leitura se dão no simbólico, podemos inferir que todo re-conhecimento é des-conhecimento e que toda leitura é uma des-leitura. Ou seja, todo querer dizer é um efeito estrutural des-controlado de um querer jogar com a palavra.

A importância radical de tal constatação é que o paraíso de Milton, na minha desleitura, se torna uma pedra angular do termo pós-colonial: espaço de negociação, lugar de resgate do que foi recalcado, local de conflito e crise.

Em outras palavras, a diferença dentro da escrita do paraíso de Milton abre espaço para uma maior diferença entre escrita e crítica desse mesmo texto. É a partir dessa diferença consigo mesmo (da escrita do paraíso de Milton e da leitura de *Paraíso Perdido*, por exemplo), sua indecisão textual, que nós leitores podemos decidir por uma diferença e ler de que maneira ela ocorre no texto. Eu decidi por uma conversação e uma contracena pós-colonial para o paraíso de Milton. Ademais, essa indecisão textual do paraíso está mais do lado de heterogeneidade, alteridade e imaginação do que contra bom-senso, pensamento crítico ou racionalidade. Indecisão textual não está nem a favor de uma desleitura radical e nem oposta a uma releitura conservadora. De novo, o que essa indecisão textual propicia é que decisões de leitura sejam feitas entre alternativas aparentemente opostas. A minha desleitura do paraíso de Milton não poderia nunca ambicionar resolver a indecisão desse texto ou destruir as outras decisões de leitura porque é impossível esvaziar a inesgotável performatividade do querer jogar textual (meaning-as-play) que define, sem nunca chegar a definir totalmente, a natureza mesma do que é procurado, mas que sempre se coloca fora de alcance. A partir daí posso afirmar que *Paraíso Perdido* encontra uma cena pós-colonial, ou conversa num momento pós-colonial, sem com isso afirmar que *Paraíso Perdido* é pós-colonial em detrimento de renascentista, cristão, imperialista, etc.

Não há diferença real, em outras palavras, entre decidir se Satã é um colonizador ou se ele é um colonizado e, a partir da evidência de que o texto tem sua própria autoridade, decidir que isso faz parte de uma indecisão. Nesse caso, a indecisão textual funcionaria como tema, como substância dialética e temática de *Paraíso Perdido* cujo nível retórico seria lido como que contendo ou exprimindo. E isso não seria então diferente de decidir que o tema de *Paraíso Perdido* seria imperialismo nas suas variadas formas: ora porque Satã é um colonizador e então perpetra os males do imperialismo, ora porque Satã é um colonizado e então sofre dos males do imperialismo. Quaisquer escolhas que sejam feitas, devemos supor que elas foram feitas pelo texto mesmo: isso seria menos uma leitura de superfícies textuais e mais uma desleitura entre elas. Como diz o narrador épico num dos inícios do

texto: sua "adventurous song" irá voar alto para além de um vôo médio "while it pursues / Things unattempted yet in prose or rhyme" (Milton, 1957: 233). O épico é uma música bem-aventurada que contará uma história/estória até então jamais relatada em prosa ou verso. De um lado, se Satã é lido como um colonizador, isso pode ser verificado em evidências textuais des-lidas a partir do nível retórico que suporta tal sentido. Do outro lado, se Satã é lido como um colonizado, isso também pode ser verificado em evidências textuais. Daí, o texto, ele mesmo, será lido como que em controle de seu conteúdo temático. Mas, e se o que o épico diz é que não há meio de dizer se Satã é um colonizador ou se ele é um colonizado, e que exatamente isso é o que significa uma diferença dentro do texto, então tal ordem de diferença não seria diferente da diferença entre "Satã é um colonizador" e "Satã é um colonizado", porque essa também é uma diferença que teria de ser entendida como que ocorrendo dentro do texto. A despeito de qualquer decisão, devemos reconhecer que a questão – é Satã um colonizador ou é ele um colonizado? – está contida no texto. De onde poderia tal questão vir? Se a resposta a tal questão é que não há resposta, então de onde poderia tudo isso vir senão de dentro do texto?

A ordem de diferença crítica a que estou me referindo é fundamentalmente distinta daquela que atribui ao texto uma autoridade e controle próprios. A diferença crítica aqui se refere e se define como os des-caminhos pelos quais o texto difere dele mesmo. Então não é autocontrole, mas auto-diferença que está em questão na minha des-leitura do paraíso de Milton. A estrutura de auto-diferença é comum a todo e qualquer texto e não somente ou particularmente às versões "difíceis" ou ambivalentes de uma dita alta literatura.

Numa leitura padrão, *Paraíso Perdido* é a história da queda de um terço dos anjos, da queda de Adão e Eva e da expulsão do casal do paraíso. E ao menos aí parece haver um consenso da crítica: o épico narra pelo menos duas quedas e algumas perdas. A partir daí vemos que esse texto de Milton atua de uma maneira definitiva na organização de sua obra: pode-se dizer que é o último testamento de um querer político e de um dizer espiritual provenientes de um autor de gênio. Para mim, então, há uma pergunta a ser feita quanto aos fins de *Paraíso Perdido*, já que pelo menos a um fim a história serve como que expressando uma vontade do autor ou sua intenção última. Quase no fim da carreira literária de Milton, *Paraíso Perdido* parece adquirir uma autoridade metalingüística para conceder uma certa finalidade

e inteligibilidade a tudo que o precede. Esse sentido particular de finalidade é estritamente extra-textual: ele se encontra fora do texto.

Do mesmo modo, não há nenhum ponto definitivo dentro do texto no qual a história chega a um fim. Uma vez que o texto contém vários fins (como também contém vários inícios), a questão dos fins de *Paraíso Perdido* não pode ser relegada a um lugar subordinado fora do texto. Primeiro, a história termina com o exílio de Satã no inferno juntamente com seus pares. Mas essa queda não é suficiente e então o épico prossegue para mais uma queda e tem um outro fim na queda de Adão e Eva. Segundo, o épico não encerra, a história continua com as várias lições arcangélicas, advertências e ensinamentos. Seria esse um fim? Não. O texto caminha para uma seqüência em que leitores, anjo, Adão e Eva dão um passo para fora do paraíso e para fora do poema. Seria esse um fim?

Na minha des-leitura de *Paraíso Perdido* venho mostrando a dificuldade de decidir onde o texto de Milton inicia e onde esse texto finaliza. Mais genericamente, isso problematiza o próprio conceito de "texto" (esse em questão ou outros). O exato fim desse texto deve continuar numa interrogação porque nenhum dos quatro possíveis fins internos é finalmente conclusivo; mas esse texto também deve continuar numa interrogação em relação aos fins e finais de Milton, do autor. E especular sobre os vários possíveis fins desse texto é também especular sobre a herança crítica de seu autor; as diferenças críticas no decorrer dos anos mostram que não há um último e conclusivo fim em discussões e debates sobre *Paraíso Perdido*. Na minha des-leitura da crítica colonialista em *Paraíso Perdido* e na minha des-leitura (pós-)colonial de *Paraíso Perdido* venho mostrando que os conflitos e crises de leitura desse texto não estão indubitavelmente exteriores a ele: conflito e crise são parte fundamental na composição desse texto. As diferenças críticas no texto estão numa relação direta com as diferenças críticas sobre o texto. A articulação contraditória dos modos de significação dentro do texto corresponde às várias possibilidades de des-leituras do paraíso de Milton. Presumindo que a diferença textual de *Paraíso Perdido* e outros textos constrói para o primeiro uma identidade que é totalmente segura, muitos leitores também supõem que a questão da origem do mal e a questão da razão imperialista são respondidas dentro do texto. Como se o texto ele mesmo fosse a autoridade última, já e sempre tendo que ter a última palavra sobre qualquer julgamento. *Paraíso Perdido* não é uma explicação "OF MAN's first disobedience",

como também não pode ser uma justificação de "the ways of God to men" (Milton, 1957: 232-233). *Paraíso Perdido* é literatura; ele é texto, e em conseqüência disso não pode fixar, decidir conclusivamente, colonizar nenhum ponto. Dizer que não há um "vanishing-point" textual é também dizer que não há um "vanishing-point" para a literatura, ou seja, nenhum ponto no qual textualidade ou literatura venha a se fixar, parar definitivamente, decidir conclusivamente ou colonizar um sentido referencial. Isso também é dizer que literatura não tem uma identidade fundamental e, daí, que ela não pode se opor a alguma coisa fundamentalmente outra que ela mesma. Ao afirmar tudo isso, eu estou me referindo não somente à literatura, mas também aos espaços in-findos fora e dentro do texto (política, justiça, ética).

De volta a *Paraíso Perdido* e Milton, e ao segundo, mais especialmente, é muito difícil identificar qualquer "intenção autoral" ou "verdade" aparente no texto, uma vez que seu estilo, sua escrita e erudição encorajam tanto a especulação interpretativa quanto o conflito; em conseqüência disso, sua escrita é dissociada de sua "filosofia" ou "política" estrito senso e não pode ser lida como se fosse um meio transparente através do qual suas "intenções" seriam re-veladas. Defender Milton ao proclamar que os modernos Eliot e Pound ou que, de Leavis a Evans, a crítica literária des-leu *Paraíso Perdido* no sentido de equívoco, engano ou abuso, seria cometer outra des-leitura e negligenciar a premissa de que todo conhecimento pressupõe uma dose de re-conhecimento e des-conhecimento. Em outras palavras, minha des-leitura de *Paraíso Perdido* passa necessariamente por uma des-leitura da referida crítica literária sem com isso repudiar ou acusar de erro coisa alguma. É muito mais eficaz sabotar os textos que temos em mãos do que "querer dizer" de uma ética ou política pretendendo esconder ou retirar de cena o "querer jogar" da palavra e com a palavra. O "estilo" de Milton em *Paraíso Perdido* não pode ser negligenciado porque é de fundamental importância e o autor, poeta, tratadista, diplomata e outros tantos em "Milton" não podem ser defendidos porque: primeiro, eu não trato do autor, mas me fixo ao texto de *Paraíso Perdido* numa estratégia de des-leitura ou des-construção; segundo, eu não creio que o autor, Milton, deva ser acusado ou defendido porque sua intenção e verdade são formas bastardas no texto e do texto, menos transparentes e mais a-parentes; e terceiro, se já é um lugar-comum dizer que política estrito senso não se encontra no texto, uma des-leitura que leve em conta política, lato senso, no texto, já é singular. Para se montar uma defesa do autor, por outro lado,

teríamos de acreditar que (efeitos da) Verdade ou (clamores de) verdade e retórica são separáveis em Milton. Em suma, se a filosofia e a política no texto em questão forem "reduzidas" à escrita, então não poderá haver (des-)leituras certas ou erradas de *Paraíso Perdido* ou de "Milton", mas apenas uma multiplicidade de leituras.

Não há dúvidas de que há várias e diferentes leituras do paraíso de Milton e de que não há nenhuma leitura "certa" acima de todas as outras. Mas não é suficiente dizer que há uma variedade e uma multiplicidade de leituras do paraíso de Milton, uma vez que há também a possibilidade de uma hierarquia de (des-)leituras. Daí, não há somente diferenças horizontais (multiplicidade) como também diferenças verticais (hierarquia). O cancelamento de qualquer um desses eixos pode resultar numa certa perversão, numa banalização ou mesmo numa fria "desinfelicidade".

O caso de (des-)leituras do paraíso de Milton, então, é uma singularidade: as diferenças extremadas de (des-)leitura do épico são um efeito da diferença, às vezes extrema, dentro do próprio épico, ou seja, sua escrita. Não podemos sugerir que há uma intenção autoral ou verdade pro-clamada inscrita nessa escrita, como também não podemos supor que esse texto esteja aberto a todo e qualquer jogo de sentido ou interpretação. Então, como o paraíso de Milton é (des-)lido não pode ser dissociado da escrita do paraíso, ou do quê Milton escreveu, mas também não pode ser reduzido a tão somente isso. Posso dizer que, ao des-ler o paraíso de Milton, eu sou obrigado a emprestar a minha atenção à sua escrita no sentido mais literal possível – às palavras nas linhas do épico, como estão escritas –, mas não para encontrar "um" "sentido" unitário ou coerente atrás/sob cada palavra. Em vez disso, noto como alguns interesses "fora" do paraíso de Milton podem se atar (atracar com?) a certos mecanismos retóricos no mesmo texto, tentando levar o último a se prostrar perante esses mesmos interesses. Parece-me que o objetivo de todos esses interesses é determinar o sentido de *Paraíso Perdido* de Milton – ter poder sobre o texto. E ainda assim, posso dizer que, dada a afirmação da vontade de poder e desejo de (des)conhecimento nesse texto de Milton, esses interesses podem dificilmente ser vistos como "externos" ao texto. A questão não é, no entanto, que (des-)leituras "interessadas" estão fora do texto ou que uma certa "verdade desinteressada" está dentro do texto, mas antes que *Paraíso Perdido* joga com o problema das relações dentro e fora do texto de modo que a diferença entre o que Milton escreveu, o que Milton quis dizer e o que nós, seus leitores, (des-)lemos continua uma grande in-

decisão (de poder). Minha des-leitura do paraíso de Milton des-conhece, tanto quanto possível, os imperialismos de leitura de uma obra desse autor, re-conhece não só as dificuldades, mas também as diferenças que podem vir a se passar como desculpas de colonização desse texto e conhece que a diferença do paraíso de Milton com ele mesmo não é absolutamente interna ou externa, como também não é horizontal (associativa) ou vertical (seletiva), mas está, antes de tudo, em conflito e crise permanentes. E crise, e conflito, e luta de leituras e des-leituras é uma seqüência in-fame de fundamental ligação entre *Paraíso Perdido* e estudos (momento, espaço, teoria e prática) pós-coloniais. Des-conheçamos assim um jardim para lá de ocupado e e(n)dên(m)ico da palavra, "milton" e seu "paraíso".

NOTAS:

1. Tomo a liberdade, por meio de uma derivação imprópria, de utilizar "épico" como substantivo masculino nas seguintes acepções: 1. grande composição em que o poeta canta uma ação heróica e 2. autor de uma epopéia.
2. Utilizo-me de "recipiente", em vez de "receptor", para me afastar das premissas e das pressuposições decorrentes de teorias de recepção de texto. "Recipiente", neste caso também uma derivação imprópria, seria um substantivo masculino com o seguinte significado genérico: pessoa, máquina ou coisa que recebe (os produtos de qualquer operação).

ABSTRACT:

By using Edward Said's, Gayatri Spivak's, and Homi Bhabha's circuit of post-colonial theory and practice, this paper introduces the possibility of a counterpointal (mis)reading of Milton's text: Paradise Lost may at last free its (post-) colonial (dis)content.

KEY WORDS: *John Milton, poetry, post-colonialism.*

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MILTON, John. *John Milton: Complete Poems and Major Prose*. HUGHES, Merritt Y. (Ed.). New York: [s.n.], 1957.